

# DESMASCARADA REDE DE LADRÕES E CORRUPTOS

N. 26/2  
85

## • Assembleia Geral na Cooperativa de Malhangalene

O presidente da Comissão de Gestão delido, a dita Comissão e a de Controlo exoneradas e seis trabalhadores expulsos, é o resultado de um inquérito à Cooperativa de Consumo de Malhangalene, feito pelos grupos dinamizadores do referido bairro. O relatório do inquérito foi apresentado na assembleia geral extraordinária, realizada domingo, dia 24, e na qual esteve presente o Ministro do Comércio Interno, Aranda da Silva.

Os processos dos elementos exonerados e expulsos foram encaminhados a PIC para mais investigações individuais e consequente as causas do afastamento, de cada um dos indivíduos, poderá comparecer em tribunal. O presidente da comissão de gestão, Benjamin Gulele, que foi delido na ocasião por determinação do Ministro, foi também expulso de membro da cooperativa.

Benjamin Gulele é acusado de fomentar o curandeirismo, corrupção sexual. Possuindo uma casa para tal immoralidade, exigia que, semanalmente, cada um dos quatro postos de venda que a cooperativa possui lhe fornecesse uma caixa de cerveja. Segundo a acusação, ele permitia também que os seus amigos, não sócios, tivessem produtos na cooperativa sem pagar. Entre os amigos envolvidos nestes crimes, o relatório acusa Valente Manhique, chefe do Departamento das Cooperativas de Consumo do GOAM, e quem ficou a dirigir a cooperativa, quando Gulele fez uma viagem à BDA, bem como Meesia, também responsável pelas Cooperativas do Comércio Interno. Os dois indivíduos foram por determinação do Ministro, suspensos das suas actividades.

Alguns dos curandeirismo, e curandeiros sexualmente, são sócios da Cooperativa de Malhangalene, o que é uma coisa, um outro de curandeiros, Benjamin Gulele, chamou uma

curandeira para que se descobrisse o ladrão, o qual nunca chegou a ser descoberto. Outro caso muito comentado é o de uma trabalhadora da cooperativa que, por se ter recusado a manter relações sexuais com Benjamin Gulele, este ameaçou-a de ir a um curandeiro.

### RECULOU DE 22 MILHÕES

Sobre as comissões de gestão e os controlos pesam acusações de desvios de fundos, aplicações de castigos corporais a trabalhadores e sócios por ordens de seu presidente, prática de cangonga, levantamento de produtos sem pagamento e intimidação aos sócios, além de outras acusações.

Em relação a desvios de fundos, cita-se o exemplo de uma festa do quinto aniversário da cooperativa, realizada em 1982, que agudizou a contradição existente entre a direcção e os sócios, no fim da qual, ao se apresentar as contas, a comissão de gestão disse que foram gastos mais de 1 740 contos quando, na realidade, segundo o inquérito, tinham sido gastos cerca de dois mil contos, para além de produtos tirados da cooperativa sem pagamento que foram mais tarde repartidos pela direcção e elementos da comissão da festa.

Devido a isto e outros desvios, a Cooperativa de Malhangalene teve nos últimos três anos um prejuízo de 22 milhões de meticals. A brigada de

inquérito, ao verificar a situação bancária, viu que em 1983 o depósito foi inferior às receitas e no ano seguinte foi o inverso, o que pressupõe que alguém tenha tirado o dinheiro e reposito quando se iniciaram as investigações.

Os trabalhadores expulsos, a maioria dos quais mulheres, são acusados de várias irregularidades. De entre eles, salientam-se duas trabalhadoras, uma acusada de desvio de cerca de 13 contos e outra, a encarregada geral e acusada de desvio de 33 contos e de ser a principal colaboradora do presidente da comissão de gestão, sendo a executora e responsável pela aplicação dos castigos corporais e pela propaganda de feitiçismo e contratação de curandeiros.

Entretanto, para além da direcção e trabalhadores da cooperativa, há sócios que, aproveitando-se da indisciplina e desorganização existente, também roubavam na cooperativa. Um sócio, a quem foi proposta expulsão da cooperativa, tinha adquirido um livro de facturação, idêntico ao usado na cooperativa, de modo que quando necessitava de algo da cooperativa registava no seu livro e ia levantar sem pagar.

### TRABALHO DE DOIS ANOS E MEIO

Segundo nos informou um elemento da comissão de inquérito, o trabalho de investigação destas irregularidades

iniciou-se há dois anos e meio, quando vários sócios se apresentaram no Grupo Dinamizador, apresentando queixas sobre problemas da cooperativa. Assim formou-se uma comissão do Grupo Dinamizador que fez um inquérito que pouco avançou porque quase no seu final foram chamados por um funcionário do Comité da Cidade que lhes disse para que parassem com o inquérito, porque o Grupo Dinamizador nada tinha a ver com a cooperativa. O relatório feito na ocasião foi enviado ao Comité da Cidade «desa maneira» e até agora, nada se sabe dele.

Em fins do ano passado, foi formada uma nova comissão, constituída por elementos do Grupo Dinamizador e sócios. O relatório lido na Assembleia do dia 24 último é resultado desse trabalho e para que não acontecesse o mesmo que ao primeiro foi enviado a diversas estruturas da cidade, nomeadamente, Comércio Interno, Comité da Cidade e GOAM.

Na Assembleia Geral em que participaram mais de dois terços dos membros da cooperativa, foram aprovadas com grandes aclamações todas as propostas do Grupo Dinamizador e foram constituídas comissões de controlo e gestão que, num período de 30 dias, devem reorganizar e supervisionar os trabalhos da cooperativa.

No final da Assembleia Geral, o Ministro Aranda da Silva elogiou o espírito combativo e de participação dos sócios da cooperativa, fazendo votos que este tipo de comportamento se repita noutras cooperativas da capital, de modo a eliminarem-se muitas das irregularidades que actualmente nelas se verificam.